



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, realizou-se no auditório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Rua Engenheiro Roberto Gonçalves Menezes, 149 – Centro – Maceió/Alagoas – (Antiga Rua da Praia, próximo a Praça Sinimbu), a Ducentésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas (CES/AL), que teve como pontos de pauta: **ITEM 1 – Apresentação da Política Pública de IST, HIV/AIDS solicitado pelo ex-conselheiro Rafael da Silva Gomes. Expositor:** Diego Hora – Gerente de Doenças Transmissíveis/ Sesau; **ITEM 2 – Discussão sobre o descumprimento, pela maioria dos hospitais de alagoas, das Legislações: Lei Federal 8.856/94 (*jornada de trabalho dos profissionais de fisioterapia*); RDC nº 07 da Anvisa (*exclusividade do profissional na UTI*), e Portaria 930/12 do Ministério da Saúde (*diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*), solicitada pelo conselheiro estadual Charles Petersson Andrade de Omena. Expositor:** Charles Petersson Andrade de Omena – conselheiro estadual representante do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região – CREFITO; **ITEM 3 – Apreciação da situação do Programa Glaucoma em Alagoas, solicitado pela Secretaria de Estado da Saúde. Expositor:** Área técnica da Sesau e **ITEM 4 – Informes.** A reunião contou com a presença dos **conselheiros titulares:** Maurício Sarmento da Silva (SINDAS); Paulo Luiz Teixeira (SESAU); Maria das Graças da Silva Dias (ADEFAL); Vera Lúcia Elias Rodrigues (Santa Casa de Maceió); Harrison David Maia (SINTESTAL); Marilda Pereira Yamashiro Tani (Ministério da Saúde); Jesse Layra da Silva Oliveira (AAPPE); Rildo Bezerra (COREN); Charles Petersson Andrade de Omena (CREFITO); Lourivalda Lima Alves (SINDPREV); Renilda dos Santos (SINEAL); Josileide Carvalho dos Santos (CRP); José Francisco de Lima (SEESSE); Clodoaldo Vieira Guimarães (UNIASAL); Maria Alice Gomes Athayde (FASPEAL); Maria do Socorro Leão Santa Maria (Rede Feminina de Combate ao Câncer); Jordeal Soares de Moraes (AAAH); Marcus José Guimarães Rego (FAAPIAL); Carlos de Lima Gomes (AFADA); Maria de Fátima Lopes Albuquerque (FETAG); Francisco Ricardo Correia Mata (CUT); Cláudio Vital Custódio (AMAI); José Cícero Vieira de Oliveira (FAMOAL); Manoel Eduardo de Oliveira; Clementina Correia Pereira (Central de Movimentos Populares); Cícero Vieira Sampaio (Instituto Alvorada); Maria Cristina Nascimento da Silva (Instituto Feminista Jarede Viana); Jade de Albuquerque Rodrigues José (Associação de Assistência e Desenvolvimento Social Peregrino do Amor) e dos **Conselheiros Suplentes:** Josinete Marques da Silva (COSEMS); Regina Maria dos Santos (UFAL); Rejane Rocha da Silva (ABEN); Francisco René Leite Gondim (CRF); Francisco Cassiano dos Santos (SINTAFEDAL); Tâmara Maria Rodrigues Batista de Oliveira (FEAPAES); Wellington Diniz Machado (ARCAL); Maria Augusta Machado Marinho; Adeilton Ferreira da Silva (CGTB); Givanildo de Lima (Gygy); Bruna Lorena Araújo Pereira (CONDISI); Maria José dos Santos (CEAMI) e da **Secretaria Executiva do CES/AL:** Maria de Fátima Leite Carnaúba; Simone Stella Gabriel Barros; Elza Simões do Amaral; Silvana Matos Meira Bastos e Maria Denilda Silva de Almeida Pereira e da **Secretaria Administrativa do CES/AL:** Edna Santos Silva; Maria de Fátima da Silva; Thâmara Moura Santos e John Carlos Muniz da Silva e **Convidados:** Diego Hora - Gerente de Doenças Transmissíveis; Morgana Melo - Assessora Técnica da Gerência de Ações Estratégicas; Lidiane Veloso – Conselho de Fonoaudiologia da 4ª Região. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmento da Silva** cumprimentou a



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

44 todos iniciando a reunião às quatorze horas, leu os pontos de pauta, e consultou o pleno sobre a  
45 possibilidade de inversão do **ITEM 1 – Apresentação da Política Pública de IST, HIV/AIDS**  
46 **solicitado pelo ex-conselheiro Rafael da Silva Gomes. Expositor:** Diego Hora – Gerente de  
47 Doenças Transmissíveis/ Sesau pelo **ITEM 3 – Apreciação da situação do Programa**  
48 **Glaucoma em Alagoas, solicitado pela Secretaria de Estado da Saúde. Expositor: Área**  
49 **técnica da Sesau**, que é deliberativo, justificando que os representantes da SESAU precisarão se  
50 ausentar antes do término da sessão, pois participarão de outra reunião. O pleno aprovou a  
51 supracitada inversão. Dando seguimento, registrou a presença da conselheira Renilda dos Santos  
52 do Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas - SINEAL. **A conselheira e primeira Secretária da**  
53 **Mesa Alice Athayde** leu o expediente do dia citando os nomes dos conselheiros (as) que  
54 justificaram suas faltas, bem como os que foram substituídos, dentre eles: Valdice Gomes da  
55 Silva, Titular do Centro de Cultural e Estudos Étnicos Anajô - segmento Usuário; Maria das  
56 Graças Xavier, titular da FEAPAES/AL, sendo substituída nesta reunião pela conselheira suplente  
57 Tâmara Mª Rodrigues Batista de Oliveira - segmento usuário; Messias da Silva Mendonça, titular  
58 do Grupo Gay de Maceió - segmento usuário; Jesonias da Silva - titular da CGTB - segmento  
59 usuário; Erivaldo Cavalcante Júnior – titular do SINDHOSPITAL – segmento prestador.  
60 Informou que no dia sete de outubro do corrente ano, haverá uma reunião extraordinária, no  
61 auditório do INSS, às quatorze horas e que terá como ponto de pauta: Apreciação do Parecer da  
62 Comissão de Legislação e Normas. **O conselheiro Cláudio Vital** solicitou esclarecimentos. **O**  
63 **conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmento da Silva** explicou que precisou publicar o  
64 pedido da promotora do Ministério Público (MP), e encaminhar a Comissão de Legislação e  
65 Normas o parecer jurídico do CES para análise e discussão, e que no referido dia sete será  
66 fomentada uma discussão para definir como se dará a eleição do cargo em vacância, a constituição  
67 da Comissão Eleitoral, bem como o agendamento da eleição para presidente da Mesa Diretora.  
68 Prosseguiu convidando Morgana Melo, representante da SESAU para apresentar o **ITEM 3 –**  
69 **Apreciação da situação do Programa Glaucoma em Alagoas, solicitado pela Secretaria de**  
70 **Estado da Saúde. Expositor:** Área técnica da Sesau. **A representante da Sesau, Morgana**  
71 **Melo** versou sobre a situação do Programa Glaucoma em Alagoas: pontuando que o maior  
72 número de prestadores encontra-se na cidade de Maceió; Valores Finais - Portaria 2.141/2018;  
73 Teto mac x execução financeira, janeiro a maio/2019 - relatou que todos os municípios não  
74 passaram de dezessete por cento da execução do teto; Dados/controle da distribuição dos colírios  
75 (ASTAF) - os colírios estão em baixa ou faltando; Consolidado Programa Glaucoma; Processos  
76 recebidos nesta SESAU, através dos prestadores, informando sobre a inviabilidade de continuar os  
77 atendimentos e dando prazo para suspensão dos mesmos, informando que o Ministério da Saúde  
78 (MS) não vem repassando e o Estado está assumindo a responsabilidade, tornando acessível aos  
79 usuários os colírios que necessitam, numa perspectiva de dispensa-los até o dia quinze de outubro  
80 renovar o estoque. Ressaltou que até o momento o Estado já pagou mais de dois milhões de reais  
81 com o colírio para o problema do glaucoma, e os municípios estão assumindo responsabilidade de  
82 realizar apenas consultas, pois os prestadores deixaram de repassar o colírio, e os municípios estão  
83 reivindicando o reajuste das consultas, porém a tabela é do MS. Relatou que o município de  
84 Maceió ainda não tem um resultado sobre seus prestadores, e que a proposta de reavaliação veio  
85 para ver melhor como está o programa aqui em Alagoas. Ressaltou que o valor que o MS repassa  
86 por consulta, não paga os custos hoje. Informou que atualmente eles estão alinhando a maioria das



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

consultas, comunicando que nesses três meses não vão suspender as consultas e que estão fazendo um levantamento para reavaliar se todos os pacientes têm o diagnóstico de glaucoma, no primeiro levantamento observamos que um número significativo de pacientes não está com diagnóstico correto para glaucoma. Salientou que hoje a dificuldade é uma: aumento do valor das consultas. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento da Silva** esclareceu que esse ponto de pauta surgiu devido um Parecer do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, através da tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, e que os prestadores hoje reivindicam aumento da tabela SUS. **O conselheiro Jade Albuquerque** questionou como o Estado agora está arcando com o colírio, perguntando como ficam os prestadores, justificando que na região de Arapiraca, os usuários têm dificuldade de pegar o colírio, pois os prestadores querem cobrar o valor três vezes a mais que o valor real, no entanto, ninguém renuncia ao SUS. **A conselheira Josileide Carvalho** pediu explicações a respeito do recurso e fez vários questionamentos, dentre eles: se o recurso está sendo mal utilizado, está voltando recurso, se está sendo cumprido trinta e cinco por cento das metas, porque o aumento? **O conselheiro Cláudio Vital** perguntou caso os prestadores deixem de atender esses pacientes, existem profissionais qualificados para atendê-los e quais os colírios que estão faltando. Finalizou questionando se a contrapartida é do Estado quer saber o que foi cortado, e porque está faltando essa contrapartida federal. **O conselheiro Jordeal Moraes** pediu esclarecimentos a respeito da redução dos valores, bem como se estão fazendo reavaliação dos pacientes portadores de glaucoma, pois fica evidente a dificuldade do diagnóstico, demonstrando-se preocupado e relatando que deve haver efeitos colaterais. **O conselheiro Cícero Vieira** falou que o tema é relevante, e em seguida questionou como está acontecendo à distribuição do colírio. Comunicou que outrora foi ventilada na mídia a dificuldade de se receber o colírio, e depois a própria mídia informou que estava havendo desvio. Parabenizou o Estado ao tomar para si a responsabilidade, informando que anteriormente os municípios tinham essa responsabilidade, atualmente apenas os municípios polos. Concluiu fazendo uma reflexão “se o recurso da consulta é baixo, porque eles não se descredenciam”. **A conselheira Renilda Santos** ficou surpresa com os dados apresentados, verbalizando que são mais de mil pacientes com diagnósticos errados, e perguntou o que foi feito com os serviços que tiveram seus diagnósticos errados, foram descredenciados, e como ficaram os pacientes que usaram o medicamento, afirmando que com certeza tiveram efeitos colaterais. **O conselheiro Givanildo de Lima (Gygy)** solicitou que fosse explicado melhor o consolidado, relatando que é trinta e dois mil cadastrados, o que aconteceu com os não cadastrados, o que será essa contrapartida? **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento da Silva** pediu desculpas devido à sessão dispor apenas de um único microfone. Prosseguiu chamando a representante da SESAU Morgana Melo para responder aos questionamentos. **A assessora técnica Morgana Melo** explicou que o MS ainda não ressarcir o valor dos três colírios ao Estado, comunicando que desde que foi firmado o acordo, fevereiro de dois e dezenove, que o Estado dar a contrapartida para posteriormente o MS ressarcir o valor, no entanto, isso não aconteceu. Informou que os valores dos colírios são maiores do que o acordado, explicando que o Estado está pagando um pouco mais de dois milhões em relação ao concomitante dos valores de consulta que o SIGTAP está cumprindo. Comunicou que no Brasil o valor é esse, e que tem muita coisa envolvida, esclarecendo que o valor é dezessete reais, porém o município não ganha só isso de percentagem, explicando que o recurso vem para o município executar anualmente, cinquenta e



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

sete vírgulas setenta e quatro por cento, e o valor menor correspondente a dezessete vírgula setenta e quatro por cento, três vezes ao ano aos pacientes. Informou que o IOFAL - Instituto Oftalmológico de Alagoas em Maceió foi descredenciado, ressaltando que quem não tiver glaucoma fará o tratamento de acordo com seu perfil, já os pacientes portadores de glaucoma estão sendo reavaliados por prestadores da FunBrasil, pontuando que atualmente há quatorze prestadores, e anteriormente haviam vinte e dois. Prosseguindo falou que em relação à equipe técnica no SUS, caso os prestadores desistam de prestar serviço, eles não têm nenhuma estrutura e equipamento para dar suporte, comunicando que são mais de trinta e dois mil pacientes, o Programa é grande, alertando que o Estado precisa adquirir mais equipamentos para não ficar na mão dos prestadores, sobre os colírios, informou que são de responsabilidade do MS e por vezes revendidos e distribuídos pela Farmácia de Medicamentos Excepcionais de Alagoas – Farmex, e não ver problemas na distribuição e dispensação da referida medicação. Informou que hoje eles têm seis centrais descentralizadas nos municípios que também realizam as distribuições, e estão aguardando o resultado de Maceió que é maior. Concluiu se reportando ao SIGTAP, salientando que não tem informações a respeito, e que essa discussão não se finda aqui, eles vislumbram estrategicamente que junto aos municípios possam aumentar o valor dessa tabela. **A conselheira Josinete Silva** contribuiu relatando que o processo organizativo para essa discussão hoje não é apropriado, pois falar sobre farmácias descentralizadas, e o acordo que foi feito com os municípios executores demanda tempo. Explicou que essa discussão junto ao Cosems é longa e permanente. **A conselheira Josileide Carvalho** perguntou sobre as metas, questionando se o percentual de trinta e cinco por cento foi utilizados daquele total apresentado, comunicando que não existe lógica e não ver vantagem de aumento, pois eles ainda têm recursos e não atingiu a meta. Salientou que só tem serviços junto aos prestadores. **O conselheiro Jade Albuquerque** questionou qual a estratégia do governo. **A representante da SESAU Morgana Melo** respondeu que estão aguardando o posicionamento de Maceió. **O conselheiro Dr. José Medeiros** informou que o Programa do Glaucoma é do governo federal e os municípios polos da capital fizeram a contratualização com os prestadores, que permitiam que ela saísse pelo Estado fazendo mutirões, aconteceu aqui em Alagoas, e na Bahia. O governo Federal através de auditoria identificou um superfaturamento e diagnósticos falsos, mesmo conectado o federal transferiu a responsabilidade para o Estado que vem honrando com a linha A e linha B. O Estado viu a necessidade de reavaliar na primeira leva quinze mil pacientes desapareceu, o Estado puxou para si essa vantagem, e mil ainda não são glaucomatosos. Ressaltou que o Governo Federal não vem assumindo a linha A, e a portaria do MS autorizou a compra da linha A e o MS ressarcir. Dando seguimento relatou que o Estado não constrói serviço oftalmológico próprio, atualmente a contratualização é do município, pois não existe contrato com o Estado, salientando que faltou acompanhamento da auditoria nos municípios que contratualizou. **O conselheiro Dr. Paulo Cavalcante** falou que o problema do glaucoma no Estado melhorou bastante, no entanto, os prestadores resolveram não atender mais com esse valor de dezessete reais. Solicitou que os municípios repassassem ao Estado o custo por municípios com os pacientes, e até hoje não recebera nenhuma informação. Informou que pediu um prazo de noventa dias, salientando que hoje fazem quarenta e cinco dias, afirmando que há ainda um mês e meio para se elaborar essa planilha e provar que dezessete reais é pouco ressaltando que os municípios têm que se reunir com o Estado para definir se é justo ou não, porém os municípios não querem fazer a sua contrapartida. Comunicou que se fará um estudo





ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

para ver se o valor de cinquenta e três reais é justo. **A conselheira e primeira secretária da Mesa Diretora do CES Alice Athayde** informou que a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió acabou de contratualizar com setenta e cinco prestadores. **A conselheira Josileide Carvalho** propôs a implantação do prontuário eletrônico para diagnóstico e sugeriu que a conselheira Vera Elias, representante da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, desse um apoio. **A conselheira Vera Elias** comunicou que não é tão simples assim se montar um sistema, ela poderá até se comprometer de mostrar como é o caminho. Informou que esteve hoje na Secretaria Municipal de Saúde de Maceió e tinha um prestador de oftalmologia que não tinha assinado o contrato, devido o valor de dezessete reais. Informou que o soube que quatro hospitais credenciados não tinham sido contratualizados (Hospital de Olhos Santa Luzia, Instituto da Visão, Instituto de Olhos e Oculare) e que apenas três seriam contratualizados. **O conselheiro e presidente do CES, Maurício Sarmento da Silva** prosseguindo propôs que encaminhará a matéria à Comissão de Ação a Saúde e RH para aprofundamento das discussões junto a Sesau, e posteriormente com os municípios executores, prestadores de serviços oftalmológicos e Conselhos Municipais de Saúde dos municípios executores. Colocou a proposta em regime de votação, tendo sido a mesma aprovada com uma abstenção do conselheiro Cícero Oliveira. Prosseguindo convidou o expositor do **ITEM 1 – Apresentação da Política Pública de IST, HIV/AIDS solicitado pelo ex-conselheiro Rafael da Silva Gomes. Expositor: Diego Hora – Gerente de Doenças Transmissíveis/ Sesau.** O **Gerente de Doenças Transmissíveis/ Sesau** proferiu sobre o Programa Nacional de IST/AIDS, Componentes, Promoção, Proteção e Prevenção, Diagnóstico e Assistência; Desenvolvimento Institucional e Gestão, Prevenção combinada: conjugação de diferentes ações de prevenção às IST, ao HIV e às hepatites virais e seus fatores associados traz a ideia de movimento das diferentes estratégias de prevenção. O melhor método de prevenção é aquele que o indivíduo escolhe e que atende suas necessidades sexuais e de proteção. Nenhuma intervenção de prevenção isolada é suficiente para reduzir novas infecções. Propostas Clássicas de Prevenção Preservativos: Masculinos, Femininos e gel lubrificante; Tratamento por abordagem sindrômica das IST; Imunização para Hepatite B; Aconselhamento e educação de pares Transmissão vertical; Oficinas de sexo seguro; Profilaxia Pós-Exposição (PEP) para acidentes de trabalho com materiais biológicos, exposição sexual consentida e violência sexual. Profilaxia Pré-Exposição (PREP) para segmentos populacionais prioritários (gays, HSH, pessoas trans, profissionais do sexo e parcerias soro diferentes para o HIV); Avanços na prevenção: Ampliação da distribuição de preservativos: Aumento de 100% com a estratégia de Totens em pontos estratégicos de Maceió e Arapiraca; Janeiro a agosto de 2019: Masculinos: 4.559.688 unidades e Femininos: 16.300 unidades; Implantação da PEP: Até agosto de 2016, só tínhamos 01 unidade de referência (HEHA), Até agosto de 2019, temos 11 unidades de referência (05 na capital e 06 no interior). Implantação da PREP: Iniciada em julho de 2019, com oferta no PAM Salgadinho. Unidades de Referência com oferta da PEP em Alagoas nos municípios de Maceió: UPA do Trapiche da Barra, UPA do Benedito Bentes, Hospital Escola Hêlvio Auto – HEHA, Maternidade Escola Santa Mônica – MESM, e Hospital Geral do Estado – HGE; Arapiraca: Hospital de Emergência Dr. Daniel Houly; Rio Largo: Hospital Ib Gatto Falcão; Palmeira dos Índios: UPA Dra. Helenilda Veloso; Santana do Ipanema: Hospital Regional Dr. Clodolfo Rodrigues de Melo; Delmiro Gouveia: UPA de Delmiro Gouveia; Viçosa: UPA Dr. David Disraeli Torres. Avanços no acesso ao tratamento: Residência em infectologia no HEHA (médicos e enfermeiros). O



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

216 atendimento ambulatorial a portadores de HIV/AIDS e Hepatites Virais na capital: SAE do HU;  
217 SAE do PAM SALGADINHO; SAE Dr. Marcelo Constant (HEHA). Ampliação na capital:  
218 Sistema prisional (populações privadas de liberdade); Ambulatório de Acolhimento e  
219 Estabilização no LACEN. Descentralização para o interior: SAE em Arapiraca e Palmeira dos  
220 Índios; Pactuação de Medicamentos para IO: Aumento do elenco de 14 para 35 medicamentos.  
221 Avanços na prevenção da transmissão vertical: 100% das maternidades da capital com protocolo  
222 implantado pelo menos uma maternidade com protocolo implantado em cada região de saúde;  
223 Extensão da oferta de fórmula láctea para crianças de até um ano de idade; Regularização no  
224 fornecimento da fórmula láctea infantil e Regularização no fornecimento da  
225 BENZILPENICILINA BENZATINA e POTÁSSICA. Maternidades de Referência em Manejo em  
226 Transmissão Vertical ao HIV no Estado de Alagoas: municípios de Maceió: Maternidade Santo  
227 Antônio, Maternidade Nossa Sra de Fátima, Maternidade Santa Mônica, Maternidade Nossa Sra  
228 da Guia, Maternidade do Hospital HU, Hospital Veredas, Hospital Unimed Maceió, Maternidade  
229 do Hospital, Hapvida e Santa Casa de Maceió Unidade Farol; Penedo: Maternidade Santa Casa de  
230 Misericórdia; Santana do Ipanema: Maternidade do Hospital Dr. Clodolfo Rodrigues de Melo  
231 (informou que o Hospital mudou sua razão social para Hospital Regional de Santana do Ipanema);  
232 Palmeira dos Índios: Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia; Coruripe:  
233 Maternidade do Hospital Carvalho Beltrão; São Miguel dos Campos: Santa Casa de Misericórdia;  
234 Rio Largo: Hospital Geral Professor Ib Gatto Falcão; Delmiro Gouveia: Hospital e Maternidade  
235 Dr. Antenor Serpa; União dos Palmares: Hospital São Vicente de Paulo. Acesso ao diagnóstico;  
236 HIV/AIDS em Alagoas: Número de casos de HIV/AIDS; Notificados de 1986 até agosto de 2019:  
237 11.527; Número de Pacientes em TARV: 6.076; Número de óbitos: 2.309 e Metas: 90/90/90 em  
238 2020: 90% pessoas diagnosticadas, 90% tratadas e 90% curadas, pontuando que esse é o grande  
239 desafio dessa política. **Diego Hora, Gerente de Doenças Transmissíveis/ Sesau** comunicou que  
240 a mudança dessas doenças vem sendo observadas no perfil epidemiológico. Relatou que os  
241 profissionais têm que ver o indivíduo como um todo, e está preparado para atender esses  
242 pacientes. Finalizou informando que o município de Ouro Branco é o único município que não faz  
243 implantação do teste rápido da AIDS/ HIV. **A conselheira e primeira secretária da Mesa**  
244 **Diretora do CES Alice Athayde** informou que a conselheira Dra. Vera Elias precisará se  
245 ausentar, pois participará de uma reunião com representantes da SESA. Falou que se sente feliz,  
246 porque apenas um município não realiza a prevenção, informando que, no entanto, deve-se  
247 acionar o órgão competente que deva cobrar do município a implantação desse serviço. Ressaltou  
248 que a maioria das coisas que acontecem não é só culpa do município, relatando que o Estado  
249 através do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS tem que assumir sua parte  
250 punir, retirar recurso, obrigar, ter o comando e monitoramento. **A conselheira Josileide Carvalho**  
251 salientou que o Estado deve cobrar esse município através do Relatório Anual de Gestão – RAG.  
252 Parabenizou o município de Maceió informando que a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió  
253 tem um trabalho aos finais de semana para fazer as testagens, contudo, por não ter divulgação, não  
254 tem demanda de usuários para atendimento. Finalizou falando que ela se preocupa com a DST  
255 sífilis. **O conselheiro Givanildo Lima (Gygy)** comunicou que a conselheira Clementina Correia  
256 deveria estar presente, visto que foi a Entidade que ela representa que reivindicou essa pauta.  
257 Informou no município de Barra de Santo Antônio há um alto índice de gestantes e bebês com  
258 sífilis. Perguntou como anda esse programa, se o Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

259 itinerante ainda o tem, qual a quantidade de ativistas LGBT infectados, e como estão sendo  
260 monitorados os municípios que tem maiores índices de DST HIV e sífilis, finalizando comunicou  
261 que o município de Barra de Santo Antônio foi o que tinha mais infectado do Estado de Alagoas.  
262 Ressaltou que eles como representantes de Organização não Governamental – ONG querem fazer  
263 articulação, pois fazem mobilizações, parada gay, precisam planejar e saber dessas informações  
264 para trabalhar antes na divulgação, questionando como fazer parceria com a gerência. **O**  
265 **conselheiro Francisco Mata** solicitou que fossem apresentadas as dificuldades de funcionamento  
266 do programa e lembrou que o conselheiro Messias retornou ao Hospital de Doenças Tropicais -  
267 HDT e encontra-se na ala de portadores de soro positivo, salientando que a estrutura física é  
268 péssima com telhas de amianto caindo, infiltrações e etc... Convidou o pleno a visitar o  
269 supracitado conselheiro no HDT. **A conselheira Regina Santos** salientou que é muito complexa a  
270 forma de abordagem, comunicando que ele está focando na doença, e se faz necessário que se  
271 configure como uma linha de cuidado, e seja verificado em cada instância como seriam as ações  
272 para atender essa população. Ressaltou que se tivesse um atendimento específico aos jovens, se  
273 teria uma resposta concreta, pontuando dois problemas: a ineficiência da Política, pois essa  
274 precisa proteger integralmente os adolescentes e jovens, principalmente os meninos que são  
275 cheios de hormônios. Salientou que essa decisão deve perpassar pelas Secretarias Municipais de  
276 Saúde, esclarecendo que atualmente percebe uma retração muito grande da população,  
277 exemplificando que mulheres traídas não fazem parte de grupo nenhum, analiticamente pensando  
278 sobre essa questão, atualmente percebe-se que não é importante se fazer um recorte por grupo, se  
279 não fica cada um em seu gueto. **A conselheira Renilda Santos** salientou que a linha de  
280 pensamento é essa de prevenção, questionando como esse trabalho está sendo desenvolvido, e o  
281 que a gestão de fato está implementando, principalmente para os adolescentes e jovens. Sugeriu  
282 que fossem resgatados os trabalhos anteriores, ressaltando a necessidade de se implementar  
283 melhor esse programa e trazer de volta aquele trabalho que existia anteriormente para aproximar  
284 os adolescentes e jovens. **O conselheiro Rildo Bezerra** endossou a fala dos conselheiros que o  
285 antecedeu, dentre eles: Renilda Santos e Francisco Mata, continuando falou que antes eles  
286 recebiam panfletos e outros materiais educativos de conscientização, salientando que não existe  
287 mais esse tipo de trabalho. Comunicou que a enfermagem é protagonista, relatando que o  
288 problema está na atenção básica, e que o Estado tem que fazer um trabalho de conscientização  
289 para fomentar esse trabalho preventivo, e ajudar os municípios. Chamou a atenção dos  
290 representantes da Sesau para cobrar dos gestores municipais providências, sugerindo que seja  
291 feito um trabalho corpo a corpo, descendo para os municípios. **A conselheira Clementina**  
292 **Correia** informou que a Central dos Movimentos Sociais do Benedito Bentes trabalha o ano todo  
293 e solicita o material do Departamento do Governo Federal em Brasília, ressaltando que tem muito  
294 material, dessa forma, propôs que o conselheiro Rildo Bezerra solicitasse ao gestor para manter  
295 contato com o MS e solicitar o material. Salientou que o Estado e municípios têm poucos  
296 materiais. **A conselheira Bruna Lorena** perguntou com relação aos números o que aconteceu  
297 com o restante que falta. O **Gerente de Doenças Transmissíveis/ Sesau Diego Hora**  
298 respondendo aos questionamentos, comunicou não saber até que ponto o Estado pode obrigar o  
299 município a fazer algo, porque o município é autônomo, salientando que a sífilis é um grande  
300 problema. Lamentou que as campanhas e programas não tivessem adesão, informando que há  
301 profissionais do MS que dão suporte em relação à sífilis, bem como mais dois facilitadores do



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

302 MS. Relatou que os CTAs itinerantes têm alguns municípios que fazem, mas não está no  
303 planejamento de dois mil e dezenove, propondo inclui-lo no planejamento de dois mil e vinte.  
304 Ressaltou que referente à comunidade LGBT (lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais)  
305 eles possuem os dados mais detalhados do que fora apresentado, pois o apresentou de forma geral.  
306 Noticiou que têm números específicos de quantidades de homens e mulheres de todos os  
307 municípios, comunicando que na Sesau tem um setor de políticas transversais na Diretoria de  
308 Atenção Básica – DAB, informando que não ter nenhuma resposta a respeito do Hospital Escola  
309 Hêlvio Alto – HEHA. Relatou que o HEHA é um hospital de referência e precisa ser fortalecido.  
310 Concordou que o CES deve cumprir com seu papel fiscalizador e reivindicar por melhorias. Falou  
311 sobre a necessidade de se discutir a linha de cuidados com os jovens e adolescentes, afirmando  
312 que essa discussão deve retornar dessa forma poderemos traçar estratégias junto às universidades.  
313 Avisou que têm hoje um grupo de cuidados em relação à hanseníase, e eles farão o mesmo com a  
314 linha de cuidado do vírus da imunodeficiência humana - HIV/AIDS. Comunicou que tem alguns  
315 municípios prioritários que estão sendo acompanhados e que se deve pensar em novas estratégias  
316 de prevenção, avisando que a divulgação através de panfletos não serve mais, e que é preciso que  
317 sejam utilizadas novas mídias, salientando que o MS é totalmente ausente com relação a material  
318 impresso, relatando que os municípios que tem que reproduzir. Informou que já aconteceu uma  
319 Oficina no Estado sobre os **Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)**, em seguida, se  
320 reportou a conselheira Clementina Correia relatando ter ficado triste com sua colocação ao falar  
321 que não houve capacitação, noticiando que atualmente cerca de dois mil pacientes que  
322 abandonaram o tratamento, ressaltando que os serviços fazem a busca ativa, porém essa  
323 população saiu dos serviços. Ressaltou que a quantidade de profissionais não é suficiente para dar  
324 conta de três mil usuários de HIV/ AIDS. Ressaltou que o trabalho de prevenção deve ser levado  
325 para todas as secretarias municipais de saúde do Estado através de sensibilização. Informou e  
326 convidou a conselheira Clementina Correia e demais interessados que no dia 04/10/19 (sexta-  
327 feira), acontecerá na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas uma Oficina sobre  
328 PCDT. Concluindo falou que o correto é o usuário buscar pelo tratamento e pegar a medicação  
329 nos seus municípios, propondo a descentralização das farmácias e a dispensação da medicação nas  
330 Unidades Básicas de Saúde – UBS. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento da**  
331 **Silva** lamentou o gestor do município de Ouro Branco não disponibilizar o programa a população,  
332 salientando que o Ministério Público - MP cobra muito a atuação do CES. Comunicou que pediu  
333 auditoria a respeito dessa situação, e assim que tiver resposta encaminhará ao MP. **A conselheira**  
334 **Josinete Silva** alertou comunicando que o encaminhamento não é solicitar auditoria, propondo  
335 que seja solicitado ao gestor do município citado acima resposta sobre a não implantação do  
336 programa. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento da Silva** dando seguimento  
337 solicitou a secretária executiva do CES Fátima Carnaúba que lê-se os encaminhamentos. **A**  
338 **secretária executiva do CES Fátima Carnaúba** leu as deliberações, dentre elas: Que a  
339 Secretaria de Estado da Saúde/Sesau cobre do gestor do município de Ouro Branco a implantação  
340 do Teste Rápido; Que o CES solicite auditoria ao DENASUS e a Sesau sobre o funcionamento do  
341 Programa de IST/AIDS no município de Ouro Branco; Que a Sesau invista em materiais  
342 educativos que proporcionem maior desenvolvimento de ações de promoção e prevenção,  
343 principalmente junto ao público jovem; Que seja criada a Linha de Cuidado à IST/AIDS pela  
344 Secretaria de Estado da Saúde/Sesau. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento**





ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

345 **da Silva** colocou em processo de votação, e o **conselheiro Cícero Oliveira** interrompendo o  
346 fluxo do processo regimental, solicitou que ao digitar as atas acrescentassem um espaço maior  
347 entre os nomes dos conselheiros, evitando assim que eles assinem no espaço de outro conselheiro.  
348 **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento da Silva** prosseguiu com o processo de  
349 votação, tendo sido os encaminhamentos aprovados com um voto contrario da conselheira  
350 Josinete Souza. Informou que o **ITEM 2 – Discussão sobre o descumprimento, pela maioria**  
351 **dos hospitais de alagoas, das Legislações: Lei Federal 8.856/94 (*jornada de trabalho dos***  
352 ***profissionais de fisioterapia*); RDC nº 07 da Anvisa (*exclusividade do profissional na UTI*), e**  
353 **Portaria 930/12 do Ministério da Saúde (*diretrizes e objetivos para a organização da atenção***  
354 ***integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de***  
355 ***classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde***  
356 **(SUS), solicitada pelo conselheiro estadual Charles Petersson Andrade de Omena.**  
357 **Expositor:** Charles Petersson Andrade de Omena – conselheiro estadual representante do  
358 Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região – CREFITO foi retirado  
359 da pauta em virtude do adiantado da hora, prosseguindo falou que tem o **ITEM 4 – Informes** e  
360 em seguida facultou a fala ao pleno. **O conselheiro Givanildo Lima (Gygy)** informou que no dia  
361 09/09/19 (segunda-feira), aconteceu na Assembleia Legislativa de Alagoas – ALA uma Audiência  
362 Pública sobre a prestação de conta do 3º Quadrimestre referente ao ano de 2018 e 1º Quadrimestre  
363 de 2019 e ele quer esclarecimentos a respeito do que fora apresentado a respeito do valor de órtese  
364 e prótese, e solicitou que a matéria fosse pautada na próxima reunião, pois quer esclarecimentos.  
365 **A conselheira Josileide Carvalho** pediu que pautasse na próxima reunião uma matéria a respeito  
366 do Hospital da Mulher que foi construído com recurso do Fundo Estadual de Combate e  
367 Erradicação da Pobreza FECOEP. Chamou a atenção falando que no referido hospital só esta  
368 funcionando o ambulatório e nove leitos. Informou que pela primeira vez conseguiram aprovar  
369 **um programa** de combate contra a violência em relação a mulher. **O conselheiro e presidente do**  
370 **CES Maurício Sarmiento da Silva** comunicou que a reunião de segunda-feira discutirá sobre  
371 uma pauta específica, e que posteriormente marcará uma reunião para discutir a respeito do  
372 Hospital da Mulher, informando que o próprio secretário de estado da saúde será convidado para  
373 explicar sobre os gastos com o recurso do FECOEP. Relatou que pretende fazer uma discussão  
374 sobre a questão Orçamentária e manutenção desses hospitais, saber se irá comprometer alguns  
375 serviços que já existe e não vem funcionando. **A conselheira Lourivalda Lima** endossou as  
376 palavras da conselheira Josileide Carvalho comunicando que realmente precisa ser pautada essa  
377 matéria sobre o Hospital da Mulher, pois não se pode fechar os olhos para as demandas do Estado.  
378 Noticiou que o Hospital Geral do Estado – HGE está clamando por suporte, e avisou que o  
379 Hospital da Mulher é um faz de conta, informando que retiraram da Maternidade Escola Santa  
380 Mônica – MESM uma bomba de infusão, só para se tirar uma foto, reafirmando que não tem  
381 condição nenhuma de funcionamento. Finalizou dizendo que o CES precisa mostrar para  
382 sociedade que não pactua com o Estado. **O conselheiro Cícero Vieira** falou que eles têm que ter  
383 um compromisso maior com o Controle Social e voltado para a Política de Saúde. Informou que  
384 tem viajado com representantes da Comissão de Comunicação do CES fazendo um levantamento.  
385 **O conselheiro Jade Albuquerque** informou que no dia 10/10 (quinta-feira) estará refazendo a  
386 agenda da Comissão de Ação a Saúde e o HGE será o primeiro a ser visitado. **A conselheira**  
387 **Maria do Socorro** informou que faz campanha sobre o serviço de oncologia o ano todo, e que



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

estão realizando um trabalho e terá um momento com a embaixatriz do Brasil Tânia. **O**  
**conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento Silva** ao ser questionado sobre sua  
participação na inauguração do Hospital da Mulher respondeu falando que participou como  
convidado e representante do CES, isso não quer dizer que perdera a essência do Controle Social,  
ênfatizando que sempre que for convidado participará. **O conselheiro Charlles Petterson** falou  
que o conselheiro jamais deverá se furtar em participar de um evento do Estado, bem como o CES  
por ser um órgão fiscalizador, deixar de participar de qualquer inauguração da saúde, em seguida  
se reportou ao gestor estadual sinalizando esperar que ele não esteja contratando profissionais  
Doulas no lugar de profissionais fisioterapeutas, o alertando que ficará atento. Informou que no  
Processo Seletivo Simplificado – PSS do Hospital da Mulher foi ofertada uma vaga para o  
profissional fisioterapeuta, demonstrando-se surpreso com a quantidade acima descrita, repetindo  
apenas um profissional para todos os leitos. Finalizou falando que fizeram um PSS para contratar  
profissionais Doulas, relatando que os parâmetros exigidos são mínimos e propondo que o CES  
fiscalize o referido hospital. **O conselheiro e presidente do CES Maurício Sarmiento Silva**  
informou que foi um dos primeiros a fazer questionamentos sobre o PSS com relação à  
contratação de pessoal para trabalhar no Hospital da Mulher. Ressaltou que cobrará do Secretário  
de Estado da Saúde o funcionamento das Unidades de Saúde com todos os profissionais que  
precisem para seu funcionamento. Agradeceu a todos os presentes e declarou a reunião encerrada  
às dezesseis horas e seis minutos, e para constar eu, **Maria Denilda Silva de Almeida Pereira,**  
Assessora Técnica do CES/AL lavrei a presente ata, que após lida e aprovada deverá ser assinada  
pelos conselheiros presentes. Maceió, dois de outubro de dois mil e dezenove.

Maurício Sarmiento da Silva

Adeilton Ferreira da Silva

Bruna Lorena Araújo Pereira

Carlos de Lima Gomes

Charlles Petterson Andrade de Omena

Cícero Vieira Sampaio

Cláudio Vital Custódio



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

424 Clementina Correia Pereira  
425  
426 Clodoaldo Vieira Guimarães  
427  
428 Francisco Cassiano dos Santos  
429  
430 Francisco René Leite Gondim  
431  
432 Francisco Ricardo Correia Mata  
433  
434 Givanildo de Lima (Gygy)  
435  
436 Harrison David Maia  
437  
438 Jade de Albuquerque Rodrigues José  
439  
440 Jesse Layra da Silva Oliveira  
441  
442 Jordeval Soares de Moraes  
443  
444 José Cícero Vieira de Oliveira  
445  
446 José Francisco de Lima  
447  
448 Josileide Carvalho dos Santos  
449  
450 Josinete Marques da Silva  
451  
452 Lourivalda Lima Alves



ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

453 Manoel Eduardo de Oliveira  
454  
455 Marcus José Guimarães Rego  
456  
457 Maria Alice Gomes Athayde  
458  
459 Maria Augusta Machado Marinho  
460  
461 Maria Cristina Nascimento da Silva  
462  
463 Maria das Graças da Silva Dias  
464  
465 Maria de Fátima Lopes Albuquerque  
466  
467 Maria do Socorro Leão Santa Maria  
468  
469 Maria José dos Santos  
470  
471 Marilda Pereira Yamashiro Tani  
472  
473 Paulo Luiz Teixeira  
474  
475 Regina Maria dos Santos  
476  
477 Rejane Rocha da Silva  
478  
479 Renilda dos Santos  
480  
481 Rildo Bezerra





ESTADO DE ALAGOAS  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE ALAGOAS –  
CES/AL DO ANO DOIS MIL E DEZENOVE.

482 Tâmara Maria Rodrigues Batista de Oliveira

483

484 Vera Lúcia Elias Rodrigues

485

486 Wellington Diniz Machado